

Estudo do Ipea mostra

Constatação é de que ensino ficou defasado em relação ao desenvolvimento do País

CLEBER PRAXEDES

BRASÍLIA — Os estudantes não estão sendo bem preparados nas escolas e, principalmente os universitários, ao se formarem, não estão suficientemente habilitados para as tarefas que lhes serão confiadas. A constatação faz parte do estudo preparado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Ministério do Planejamento, sobre Dispendios Públicos Federais, Estaduais e Municipais com Educação no Período de 1990/1993, concluído no final do ano passado. Ao defender na semana passada mais autonomia das universidades, com melhoria de qualidade, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, anunciou que "o modelo educacional brasileiro fracassou".

A autora do estudo do Ipea, a técnica especializada em política social, Edlamar Batista, constatou que "o sistema educacional vigente não passou pelas reformulações necessárias para atender e acompanhar os desenvolvimentos científico e tecnológico, apresentados pelo sistema econômico". De acordo com a pesquisadora, "no caso específico do terceiro grau, a rigidez de seus quadros e as formas acadêmicas tradicionais parecem não permitir a flexibilidade necessária para oferecer um ensino adequado aos desenvolvimentos do País, visto que, em seu conjunto, apresenta uma relativa incapacidade para desenvolver pesquisas, e conseqüentemente, acompanhar o extraordinário e acelerado progresso da ciência moderna".

O Ipea verificou em seu estudo que as universidades têm gasto administrativo elevado. Do valor global alocado no orçamento do Ministério da Educação no período de 1991/92, por exemplo, para o programa de ensino superior no valor global de US\$ 2,6 milhões e US\$ 1,9 milhão, foram aplicados em pessoal e encargos, respectivamente, US\$ 2,3 milhões e US\$ 1,4 milhão, correspondendo a 86% e 74% dos dispendios. Com outras despesas correntes foram utilizados 11% e 20%, restando somente 3% e 6% para investimentos. "Isso evidencia um gasto administrativo elevado", afirmou.

Ao considerar que a educação deve ser uma preocupação nacional, "uma responsabilidade estadual e uma função local", Edlamar defende que as Assembléias Legislativas deveriam ter a liberdade de determinar o seu próprio sistema para suas próprias escolas. "Cada uma delas deveria estabelecer as exigências básicas mínimas para o ensino e para os professores que julguem apropriadas. No entanto, no Brasil, dado as profundas diferenças regionais, isto ainda é um sonho", concluiu.

Pelo estudo do Ipea, foi verificado também que a ausência de uma política educacional clara e conseqüente, aliada à falta de definição nas prioridades de investimentos para o setor, redundou no fracasso da escola pública, tornando-se prioridade nacional a sua recuperação. "A população brasileira não pode e não quer conviver com um sistema fracassado onde a ausência destes fatores colaborou para que os dirigentes do escalão superior da educação pública nessas últimas décadas, se preocupassem somente com a ampliação da oferta de educação, sem dar a mínima importância aos aspectos fundamentais como eficiência do setor e qualidade de ensino", informa o documento.

Para o instituto, a baixa eficiência do sistema educacional é uma realidade, pois, em média, de cada três crianças matriculadas em qualquer série do ensino fundamental apenas uma havia concluído a série anterior, as outras duas matrículas são de alunos repetentes ou evadidos que retornaram à escola. "Torna-se imperativo reformular o sistema nacional de ensino, tarefa que exige além de mais investimentos a necessidade de estabelecer prioridades para o mesmo", explicou Edlamar. Além disso, segundo ela, "torna-se necessário uma melhor distribuição de responsabilidades entre os governos estaduais e municipais objetivando otimizar o conjunto de recursos disponíveis para a educação, dentro de um planejamento objetivo e criterioso, visto que o mesmo tem uma importância estratégica na definição das prioridades".

despreparo de alunos